

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DPP - DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CPS G - COORDENADORIA DE POLÍTICA SOCIAL
ER - GERÊNCIA DE EMPREGO E RENDA

O TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

(Versão Preliminar)

Alfonso Rodriguez Arias
Marly I. dos Santos Pinto
Sebastião Francisco Camargo

Brasília, Outubro de 1992

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DPP - DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CPS - COORDENADORIA DE POLÍTICA SOCIAL
GER - GERÊNCIA DE EMPREGO E RENDA

O TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

(Versão Preliminar)

Alfonso Rodriguez Arias
Marly J. dos Santos Pinto
Sebastião Francisco Camargo

Brasília, Outubro de 1992

SUMÁRIO

SINOPSE

- I. Panorama global
- II. Fontes de dados e ajustes metodológicos
- III. Evolução demográfico/ocupacional no período 1950/1980
- IV. Evolução demográfico/ocupacional no período 1972/1990
- V. A presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho
- VI. A ocupação e a desocupação
- VII. A escolaridade e inatividade
- VIII. A condição de estudante e trabalhador
- IX. A ocupação
- X. A evolução do trabalho dos menores por sexo nos anos 80
- XI. A segmentação ocupacional do trabalho
- XII. Evolução dos rendimentos médios dos menores na PEA

SINOPSE

Observando a tendência da maioria dos países, a presença das crianças e adolescentes no mercado de trabalho no Brasil vêm perdendo espaço ao longo das últimas décadas, tornando-se mais acentuada nos anos oitenta. Essa conclusão de certa forma é surpreendente pois além de contestar as observações de alguns analistas baseadas no Censo Demográfico de 1980, contraria a forte expansão da força de trabalho nos últimos anos, em boa medida justificada pela necessidade de geração de rendas entre a população mais carentes.

Com efeito, sem desconhecer que no Brasil há ainda 2.9 milhões de menores de 10 a 14 anos que trabalham (1.3 milhões urbanos e 1.6 milhões rurais), 48% dos quais não estudam, e 4.6 milhões de adolescentes de 15 a 17 anos ocupados, muitos dos quais em trabalhos pesados de longa carga horária com proventos inferiores ao salário mínimo, há que reconhecer que esse grupo populacional mostrou um forte declínio de participação no mercado de trabalho entre 1981 e 1990, chegando a exibir uma diminuição absoluta no total de crianças trabalhadoras.

Diversos fatores contribuíram para definir essa evolução do trabalho dos menores. Do lado da demanda, o documento destaca a desaceleração do crescimento demográfico desse grupo etário, especialmente nas duas últimas décadas, e a ampliação das oportunidades educacionais. Do lado da oferta ocupacional, atribui-se importância ao processo de urbanização e de terciarização da economia, com especial destaque às mudanças estruturais no campo enquanto à substituição do trabalho familiar na pequena propriedade pelo trabalho assalariado. No sentido dessa menor participação também é

importante o avanço tecnológico e a própria melhora dos rendimentos familiares.

Valendo-se dos dados das pesquisas domiciliares (PNAD/IBGE) para o período 1972-1990, o documento ressalta que é nos anos oitenta quando se percebem com maior intensidade os efeitos da queda da fecundidade e acontece a diminuição das taxas de atividade dos menores no âmbito rural que acabaram definindo uma retração da PEA de menores de 10 a 14 anos e um crescimento dos adolescentes trabalhadores muito aquém (0,8% a.a.) do correspondente ao total dos adultos (3.0%).

Do lado dos rendimentos, o documento deixa ver com preocupação que o trabalho dos menores continua sendo mal remunerado sem que o processo de substituição de atividades primárias por terciárias, que ao final da década passaram a ser maioritárias, tenha-se traduzido em menor exploração destes trabalhadores

I. Panorama global

Nas duas últimas décadas assistiu-se a uma intensificação dos esforços que visaram a melhoria da situação dos menores, como forma de garantir condições de vida mais favoráveis às próximas gerações. Organismos internacionais, governos e instituições não-governamentais têm-se empenhado na promulgação e revisão da legislação e no desenvolvimento de programas e campanhas de proteção aos menores no domicílio, nas ruas e no local de trabalho. No que se refere ao trabalho do menor, observam-se importantes avanços, principalmente no países mais desenvolvidos, tanto em relação à eliminação do trabalho das crianças quanto a respeito da proteção ocupacional dos adolescentes.

Múltiplos fatores explicam a tendência à diminuição do trabalho dos menores na maior parte desses países. Entre eles cabe destacar a melhoria dos rendimentos familiares; maior valorização da educação, ampliação e melhora da rede de serviços educacionais; o avanço da urbanização e o uso de processos tecnológicos mais modernos. Também tem sido relevante a contribuição da legislação e a extensão e intensificação das ações de fiscalização, especialmente no que se refere à fixação de um limite mínimo de idade; as condições contratuais, o ambiente e tipo de trabalho a ser executado pelos menores. Essas proteções legais visam garantir e facilitar a continuidade da educação e o desenvolvimento integral desse grupo social.

Nos países menos desenvolvidos os avanços têm sido bem menores. O predomínio de atividades agrícolas tradicionais baseadas no trabalho familiar, a elevada incidência de atividades econômicas não estruturadas nos centros urbanos e do serviço doméstico, definem uma oferta ocupacional que favorece o trabalho infantil. Do lado da demanda, a ocupação do menor

entre as famílias mais pobres assume um caráter obrigatório pois constitui parte do esquema de sobrevivência familiar ou dos próprios menores no caso de já terem abandonado o lar. Nessas circunstâncias, a obrigatoriedade escolar e a observância das normas trabalhistas que regem o trabalho desse grupo tornam-se letra morta. A vigência de baixos salários, geralmente inferiores ao mínimo legal, também contribui para a maior utilização da mão-de-obra infantil. Além disso, acrescenta-se que o trabalho dos menores é, em boa medida, realizado sob condições ambientais adversas, muitas vezes de alto risco, e em extensas jornadas de trabalho.

O Brasil não foge desse padrão ao exibir uma elevada participação de crianças (10 a 14 anos) e adolescentes (15 a 17 anos) no mercado de trabalho. Com efeito, os dados ajustados da PNAD 1990 contabilizam a existência de 2,9 milhões de crianças na força de trabalho, o que representa 4,6% do total da PEA nacional, e das quais 53,7% encontram-se ocupadas nas áreas rurais. Isto significa que de cada 10 trabalhadores no campo 1 é criança, enquanto nas áreas urbanas essa relação chega a 1/35. Muito mais elevada é a participação dos adolescentes no mercado de trabalho, aproximando-se aos 4,6 milhões de pessoas em 1990. Embora mais numerosos nas áreas urbanas (3,0 milhões), a proporção de trabalhadores adolescentes na força de trabalho rural é superior à do contexto urbano, chegando a 1/10 e 1/15, respectivamente.

A maior preocupação, inclusive por ter sido objeto de denúncia no foro internacional, recai nos quase 3 milhões de crianças que as estatísticas reconhecem como trabalhadoras, já que a própria Constituição (art. 7º, XXXIII) proíbe qualquer trabalho do menor de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz

A situação é particularmente delicada no caso das crianças que apenas trabalham e não cumprem com a obrigatoriedade escolar. Isso atinge 601 mil menores urbanos (41,5%) e 794 mil rurais (50,1%). Cabe acrescentar ainda que estas estimativas subestimam a gravidade da situação do trabalho do menor em virtude da omissão estatística das crianças de menos de 10 anos de idade e do viés de resposta de muitas famílias que negam a condição de trabalhador do menor por ocasião da entrevista.

No entanto, é preciso ressaltar que o trabalho do menor vem perdendo espaço no contexto ocupacional brasileiro ao longo das últimas quatro décadas e que essa tendência declinante intensificou-se nos anos 80, chegando a mostrar, pela primeira vez, uma diminuição absoluta da força de trabalho na faixa etária de 10 a 14 anos.

O declínio recente da participação dos menores é promissor por trazer embutido uma queda das taxas de atividade (31,2% em 1979-81 e 29,6% em 1989-90), numa década caracterizada pela forte incorporação dos inativos ao mercado de trabalho, levados pela necessidade de gerar rendimentos adicionais para o sustento familiar, como atesta o forte aumento da taxa de participação global que passou de 53,5% para 56,6% entre esses anos.

Muitos fatores contribuíram para definir a trajetória ocupacional dos menores nos anos 80, destacando-se, entre os mais importantes, a diminuição na procura por trabalho em função do menor crescimento demográfico e da ampliação das oportunidades educacionais. Do lado da oferta, a substituição de formas tradicionais de produção agrícola por outras mais modernas motivou a diminuição maciça de pequenos produtores e a intensificação do assalariamento rural, o que reduziu notavelmente as oportunidades de trabalho dos menores.

No contexto urbano, os baixos níveis de atividade econômica que vigoraram nos anos 80 traduziram-se numa diminuição do emprego dos menores no setor organizado da economia, contração que foi particularmente severa nos anos recessivos do ciclo econômico. Deve-se reconhecer, entretanto, que apesar desse encolhimento do emprego urbano, as taxas de atividade de crianças e adolescentes mostraram-se levemente crescentes nas cidades, favorecidas pela multiplicação das atividades informais. O aumento da ocupação informal dos menores urbanos, contudo, é inquietante pois acarreta maior exploração e periculosidade no trabalho, além de compensações monetárias mais aviltantes.

Antes de se aprofundar a análise da evolução do trabalho dos menores no Brasil, nas duas últimas décadas, cabem algumas observações com relação às fontes de dados estatísticos utilizados e aos ajustes metodológicos necessários para a obtenção de séries homogêneas comparáveis ao longo desse período

II. Fontes de dados e ajustes metodológicos

A maioria dos dados e informações aqui apresentada corresponde às estimativas anuais preparadas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Um duplo processo de ajuste nos dados originais levou à obtenção dos agregados estatísticos. O primeiro refere-se à correção das omissões de cobertura geográfica apresentada pela PNAD entre 1972 e 1990 naquilo que se refere à População em Idade Ativa (PIA) e à População Economicamente Ativa (PEA), sempre discriminadas por situação de domicílio (urbano/rural). O uso dos resultados dos Censos Demográficos permitiu a correção dos dados das PNAD's para essas populações, simulando um levantamento de cobertura nacional equivalente a 100%; o segundo ajuste, que objetiva uma maior homogeneidade e

coerência das séries estatísticas, baseou-se na utilização de uma única projeção anual para as mesmas populações no período 1972-1990, onde já se incorpora os resultados preliminares divulgados do Censo Demográfico de 1991 ¹

Para a obtenção das diferentes estimativas relativas às crianças e adolescentes, aplicaram-se as estruturas demográficas, educacionais e ocupacionais, por área de residência, divulgados pela PNAD em cada ano sobre os correspondentes totais da PIA e PEA obtidos no segundo ajuste. As estimativas referentes aos totais resultaram-se da soma dos totais urbanos e rurais.

As estimativas preparadas basearam-se nas publicações correntes e nas tabulações especiais da PNAD, preparadas para o Projeto Mães e Crianças IBGE/UNICEF, correspondentes aos anos 1981, 1983, 1986, 1987 e 1989.

Outra fonte de dados consultada foi o Censo Demográfico, a propósito da qual aproveitaram-se as séries básicas da PIA, PEA e taxas de atividade relativas ao período 1950-1980, conforme divulgadas

A inclusão de dados dos Censos Demográficos obedece à necessidade de esclarecer interpretações equivocadas a propósito da evolução do trabalho do menor e da PEA em geral. A simples comparação das estimativas da força de trabalho global e dos menores entre a PNAD e o Censo Demográfico coloca em evidência a subenumeração que afeta esta última fonte em 1970 e 1980. Mudanças de definição, de conteúdo e de seqüência das perguntas que levam à identificação da PEA ocasionam subestimações variáveis nos diferentes segmentos ocupacionais

1 Para maiores detalhes consultar A.Arias: "Roteiro de preparação da base de dados para o diagnóstico e projeções do Mercado de Trabalho" (COSOC/DME/SAE/PRO), maio/92.

ao longo do tempo, tornando o uso dessa fonte ainda mais comprometida no caso das pessoas que exercem trabalhos ocasionais e desempenham outras atividades. É o caso das mulheres e dos menores especialmente dedicados aos trabalhos agrícolas. O uso dessa fonte levou, inadvertidamente, à constatação de que a participação do menor no mercado de trabalho teria aumentado ao longo dos anos setenta de forma mais acentuada que a dos adultos permitindo concluir que as crianças e adolescentes estariam ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho nacional. O equívoco deve-se à elevada percentagem de omissão da PEA infantil no Censo Demográfico de 1970. A tentativa de superar este problema, em 1980, se deu pela mudança de alguns quesitos e também de suas seqüências. Ainda assim, no Censo Demográfico de 1980 persistem omissões na PEA que recomendam a não utilização desses dados conjuntamente com os das PNAD's.

Os dados relativos à evolução anual do emprego do menor no setor estruturado da economia, foram obtidos a partir das estimativas do painel RAIS 1979-1988, sobre os quais aplicaram-se as estruturas demográficas e ocupacionais de cada RAIS, completando assim as estatísticas analisadas neste documento. A utilização de painéis de declarantes da RAIS, em pares de anos consecutivos para a geração de séries de emprego, obedece à necessidade de contornar o problema da não-resposta que afeta esse registro administrativo.

III. Evolução demográfico/ocupacional no período 1950/1980

A fim de compreender o comportamento ocupacional dos menores nas últimas décadas, é preciso examinar previamente a evolução global da população, da PIA e dos menores de 10 a 19 anos por situação de domicílio, exame que só é possível através dos dados dos Censos Demográficos. Na Tabela 1 reproduzem-se os

TABELA 1

BRASIL: POPULACAO PRESENTE TOTAL, 10 ANOS E MAIS, CRIANCAS E ADOLESCENTES, SEGUNDO SITUACAO DE DOMICILIO, 1950 - 1980.

SITUACAO DO DOMICILIO	NUMEROS ABSOLUTOS				TAXAS MEDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1950	1960	1970	1980	1950 - 60	1960 - 70	1970 - 80
POPULACAO TOTAL							
Total	51.944.397	70.191.370	92.341.556	118.572.284	3,06	2,78	2,53
Urbana	18.782.891	31.533.681	51.774.052	80.422.979	5,32	5,08	4,50
Rural	33.161.506	38.657.689	40.567.504	38.149.305	1,55	0,48	-0,61
POPULACAO DE 10 ANOS E MAIS							
Total	36.557.990	48.839.558	65.098.349	87.333.886	2,94	2,92	2,98
Urbana	14.200.520	22.964.408	37.987.036	60.981.107	4,92	5,16	4,85
Rural	22.357.470	25.875.150	27.111.313	26.352.779	1,47	0,47	-0,28
CRIANCAS E ADOLESCENTES (10 A 19 ANOS)							
Total	11.810.882	15.735.767	21.887.494	27.625.800	2,91	3,35	2,36
Urbana	4.036.513	6.675.355	12.073.054	18.325.676	5,16	6,10	4,26
Rural	7.774.369	9.060.412	9.814.440	9.300.124	1,54	0,80	-0,54

Fonte: IBGE - Censos Demograficos 1950, 1960, 1970 e 1980.

totais e taxas de crescimento anual dessas populações cobrindo o período 1950-1980.

Os dados revelam, em primeiro lugar, uma tendência declinante no crescimento da população total ao longo dessas três décadas, refletindo os efeitos da queda sistemática da taxa de fecundidade: 1950/60 = 3,1% a.a.; 1960/70 = 2,8% e 1970/80 = 2,5%. Esse comportamento populacional foi acompanhado por um intenso processo de urbanização que elevou a participação do contingente urbano de 36,2% em 1950 para 67,8% em 1980, apresentando elevadas, embora decrescentes, as taxas médias de crescimento intercensal: 5,3% a.a., 5,1% a.a. e 4,5% a.a.. Bem menor foi a expansão da população rural nesses trinta anos, chegando a exibir uma diminuição absoluta entre 1970 e 1980

Observa-se que o crescimento da PIA (população de 10 anos e mais) não teve o mesmo comportamento da população total, mostrando taxas médias que variaram entre 2,9% e 3,0% a.a. no período. A evolução global da PIA é importante pois evidencia que o potencial de demanda por trabalho manteve um crescimento anual estável e em patamar elevado, refletindo um equilíbrio entre os efeitos da queda da natalidade nos grupos mais jovens e uma diminuição da mortalidade entre os de idade mais avançada. Foi a partir dos anos sessenta que o crescimento da PIA superou o correspondente aumento da população, fazendo com que esse "envelhecimento" fosse mais ostensivo na década seguinte. Mais relevante ainda foi o diferencial de crescimento da PIA urbana e rural e a sua correspondente evolução; enquanto a primeira variou entre 4,3% e 5,2% a.a., dando margem a uma prolongada e intensa pressão por trabalho nas cidades, no campo esse potencial de procura apresentou-se baixo e com tendência declinante: 1950-60 = 1,5% a.a.; 1960-70 = 0,5% a.a., sendo negativo na década 1970-80 = - 0,28% a.a..

A evolução dos menores de 10 a 19 anos, por sua vez, mostrou uma inversão de tendência na década de 70, salientando os efeitos da queda da fecundidade iniciada nos decênios anteriores. Note-se que nos anos 70, a taxa de crescimento dos menores sofreu uma expressiva queda em relação às anteriores, chegando a 2,4% a.a., o que contraria a evolução exibida pelo restante da PIA. Nessa década, pela primeira vez, a população urbana e rural de 10 a 19 anos cresceu num ritmo menor do que o dos adultos. Tal situação contribuiu para explicar porque as crianças e adolescentes têm perdido espaço no mercado de trabalho nas últimas décadas.

Os dados da força de trabalho (PEA) dos Censos Demográficos devem ser utilizados com muita reserva, em função da subestimação da força de trabalho (principalmente de mão-de-obra secundária), das mudanças de definição e seqüência dos quesitos e dos períodos de referência, o que compromete as comparações entre eles. Os resultados da Tabela 2 mostram que, no conjunto da PEA, a proporção de menores decresceu sistematicamente nas três décadas, passando de 21,4% em 1950 para 19,8% em 1980.

É interessante notar que a menor participação desse grupo etário na PEA global é comum para ambos os sexos, e ocorre apesar da existência de uma tendência ascendente das taxas médias anuais de crescimento da PEA ao longo do período. Isso acontece em virtude dessas taxas serem inferiores às exibidas pelas faixas etárias superiores.

Mais curioso ainda foi o comportamento das taxas de atividade nesses anos. Enquanto a nível global a proporção da PIA que participa do mercado de trabalho tenha caído nas duas primeiras décadas, nos anos 70 observou-se uma inversão nessa evolução por causa da maciça incorporação da mulher ao

TABELA 2
BRASIL: EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL E DE MENORES, POR SEXO, 1950 - 1980.

ANOS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA					
	TOTAL			MENORES (10 A 19 ANOS)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
NUMEROS ABSOLUTOS						
1950	18.895.176	15.607.266	3.287.910	4.051.698	3.113.421	938.477
1960	22.750.028	18.673.167	4.076.861	4.696.746	3.499.154	1.197.592
1970	29.557.224	23.391.777	6.165.447	5.901.841	4.240.311	1.661.530
1980	43.235.712	31.392.986	11.842.726	8.547.168	5.793.692	2.753.276
TAXAS MEDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)						
1950 - 60	1,87	1,81	2,17	1,49	1,17	2,47
1960 - 70	2,65	2,28	4,22	2,31	1,94	3,33
1970 - 80	3,88	2,99	6,75	3,77	3,17	5,18
TAXAS DE ATIVIDADE (PEA/PIA)						
1950	51,7	86,3	17,8	34,3	59,6	15,6
1960	46,6	77,2	16,5	29,8	45,1	15,0
1970	45,4	73,1	18,6	27,0	39,2	15,0
1980	49,5	73,0	26,7	30,9	42,1	19,9

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

trabalho, o que foi favorecido pela queda da taxa de fecundidade

A taxa de atividade dos menores desenvolveu-se de maneira similar, embora no decênio 1970-80 mostrasse uma incorporação de menores do sexo masculino maior que a da PEA de idade superior. Com relação ao sexo feminino, percebeu-se uma tendência contrária.

A seguir, comentar-se-á a evolução da participação dos menores no mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90, pelo exame das estimativas ajustadas das PNAD's desse período.

IV. Evolução demográfico/ocupacional no período 1972/1990

Conforme comentado anteriormente, a divulgação dos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991, permitiu rever as estimativas anuais da população total na última década e, dessa forma, realizar a correção dos dados divulgados pelas PNAD's

A leitura das estimativas revisadas correspondentes aos anos extremos das décadas 70 e 80, constantes na Tabela 3, exhibe uma intensa queda no crescimento da população total na última década, alcançando apenas um aumento médio anual de 1,89%, percentagem bem inferior aos 2,45% a.a. do período 1972-1979

A decomposição desse menor crescimento por situação do domicílio evidencia uma diminuição dos diferenciais de crescimento da população urbana e rural em relação às décadas precedentes. Nas áreas urbanas o aumento passou de 4,4% entre 1972 e 1979 para 2,7% entre 1981 e 1990. Nas áreas rurais, a perda populacional de -0,7% a.a. transformou-se numa virtual estagnação

TABELA 3
BRASIL: ESTIMATIVAS REVISADAS DA POPULACAO TOTAL, PIA E PEA,
SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO E IDADE, 1972 - 1990.

SITUACAO DO DOMICILIO	POPULACAO E PEA (Em Milhares)				CRESC. MEDIO ANUAL (%)	
	1972	1979	1981	1990	1972 - 79	1981 - 90
POPULACAO						
TOTAL						
Total	98.255	116.415	121.581	143.887	2,45	1,89
Urbana	57.583	77.604	83.234	105.603	4,35	2,68
Rural	40.672	38.811	38.347	38.284	-0,67	-0,02
10 ANOS E MAIS						
Total	70.074	85.537	90.093	110.596	2,89	2,30
Urbana	42.553	58.676	63.438	83.642	4,70	3,12
Rural	27.521	26.861	26.655	26.954	-0,35	0,12
10 A 19 ANOS						
Total	23.244	27.973	28.331	31.025	2,68	1,01
Urbana	13.543	18.147	18.868	22.248	4,27	1,85
Rural	9.701	9.826	9.463	8.777	0,18	-0,83
POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA						
TOTAL						
Total	36.956	45.886	48.113	62.547	3,14	2,96
Urbana	20.672	30.154	32.912	46.555	5,54	3,93
Rural	16.284	15.732	15.201	15.992	-0,49	0,57
10 A 19 ANOS						
Total	8.635	10.368	10.605	11.052	2,65	0,46
Urbana	3.746	5.514	5.844	6.964	5,68	1,97
Rural	4.889	4.854	4.761	4.088	-0,10	-1,68

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios, 1972, 1979, 1981 e 1990.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demografico de 1991.
 Inclusive a populacao da area rural das regioes Norte e Centro-Oeste.

No que concerne à PIA, as estimativas revisadas da PNAD, além de ratificarem o processo de "envelhecimento" populacional exibido pelo Censo Demográfico nos anos 70, comprovam o prosseguimento dessa tendência na década seguinte, embora em patamares de crescimento bem menores e mais equilibrados entre as áreas urbanas e rurais. Assim, pela primeira vez, nos últimos quatro decênios, há um abrandamento no potencial de procura por trabalho, situação particularmente favorável nas cidades onde o crescimento da PIA caiu de 70,7% a.a. para 3,80% a.a. nesses dois períodos. Apesar de não estarem apresentadas na Tabela 3, as estimativas da PIA correspondentes a 1989 e 1990 dão conta do crescimento global de apenas 2,1%, resultante de aumentos próximos a 2,5% nas áreas urbanas e 0,7% nas rurais.

Dando seqüência à tendência observada na década anterior, o crescimento dos menores de 10 a 19 anos entre 1981 e 1990, foi inferior ao correspondente à PIA adulta. Este crescimento atinge apenas uma média de 1,80% a.a. em lugar dos 2,70% a.a. do período 1972-79, fruto de uma enorme desaceleração de crescimento dos menores nas áreas urbanas (4,3% em 1972-79 e 1,9% em 1981-90). Dessa forma, os menores diminuem a sua participação na PIA de 32,7% em 1979 para 28,1% em 1990, restringindo cada vez mais o espaço de crianças e adolescentes no mercado de trabalho na década passada.

Quanto à PEA, parece conveniente comentar a sua evolução global e a dos menores nos anos setenta. O fato da PEA expandir-se a razão de 3,1% a.a., taxa ligeiramente superior a da PIA (2,9% a.a.), ocasionou uma pequena elevação na taxa de participação global na década, passando de 52,7% em 1972 para 53,6% em 1979. Diferente foi a evolução da PEA de 10 a 19 anos ao apresentar um crescimento idêntico ao da respectiva PIA (2,7% a.a.), definindo uma estagnação da taxa de

dividido entre crianças (10-14 anos) e adolescentes (15-17 anos)

Além de ratificarem a menor participação desse contingente no mercado de trabalho, os dados da Tabela 4 mostram que o total de crianças trabalhadoras diminuiu nesse período; graças à forte retração da participação das mesmas no âmbito rural. Muito embora permaneça um total alarmante próximo dos 3 milhões de crianças na força de trabalho, não cabe dúvida que essa leve redução constitui um importante avanço em relação as décadas precedentes.

Observa-se que nessa faixa etária o aumento dos trabalhadores urbanos foi compensado pela notável redução dos menores no campo. Em contrapartida, nota-se que na faixa de 15 a 17 anos, a redução dos trabalhadores rurais foi de longe superada pelo aumento correspondente ao das áreas urbanas. Mais ainda, nesse grupo etário houve aumento nas taxas de atividade tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Contudo, o crescimento da PEA adolescente (0,8% a.a.) ficou muito aquém do correspondente à PEA total (3,0% a.a.), configurando uma incontestável perda de espaço dos menores na força de trabalho nacional

Por último, salienta-se que as estimativas a anuais da PEA revelam uma estreita relação entre a evolução das taxas de participação dos menores urbanos e o ciclo econômico. Essas taxas elevaram-se nos anos em que a economia teve melhor desempenho e contraíram-se nos anos recessivos. O mesmo acontece com a atividade dos menores no campo, onde as mais elevadas percentagens de participação correspondem aos anos em que o PIB agrícola teve os maiores crescimentos (1981, 1985) e vice-versa, nos anos agrícolas mais desfavoráveis (1986-1990).

VI. A ocupação e a desocupação

TABELA 4
BRASIL: ESTIMATIVAS DA PEA DE 10 A 10 A 17 ANOS E DAS TAXAS DE ATIVIDADE,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1990.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PEA (Em Milhares)		TAXAS DE ATIVIDADE (%)	
	1981	1990	1981	1990
10 A 17 ANOS				
Total	7.145	7.458	30,9	29,2
Urbana	3.617	4.346	23,9	23,9
Rural	3.528	3.112	44,5	42,1
15 A 17 ANOS				
Total	4.265	4.598	49,7	50,9
Urbana	2.530	3.023	43,7	46,9
Rural	1.735	1.575	62,2	63,0
10 A 14 ANOS				
Total	2.880	2.860	19,8	17,3
Urbana	1.087	1.323	11,6	11,4
Rural	1.793	1.537	34,9	31,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural das regiões Norte e Centro-Oeste.

A despeito do caráter conjuntural das medições anuais da PNAD, as estimativas da Tabela 5 evidenciam que a taxa de desocupação dos menores acompanhou a evolução da desocupação global nas últimas duas décadas, declinando de maneira mais acentuada que a global, embora mantendo sempre patamares mais elevados das percentagens de procura ativa de trabalho.

Com efeito, enquanto o número total dos desempregados aumentou a razão de 6,8% a.a. entre 1972 e 1981, nos menores de 10 a 19 anos esse incremento chegou a 4,9%, sendo de 3,6% entre as crianças. Mais favorável ainda foi o comportamento entre 1981 e 1990 já que a nível global o desemprego cresceu em 245 mil pessoas, equivalente a 1,3% a.a., enquanto o número de menores teve um comportamento oposto, diminuindo em 227 mil (- 5,1% a.a.).

O destaque ficou por conta da diminuição da procura de trabalho por parte das crianças, caindo de 224 mil desocupados em 1981 para apenas 72 mil em 1990, fazendo com que, pela primeira vez, a taxa de desemprego destes menores permanecesse no mesmo nível da taxa global (3,7%).

A demanda insatisfeita por trabalho entre os menores concentra-se entre os adolescentes. Nesse grupo etário, a taxa de desemprego aberto supera em quase 3 pontos percentuais a taxa correspondente à força de trabalho total em 1990, embora essa diferença fosse bem superior no início dos anos 80.

Quanto à evolução dos ocupados, cabe apenas lembrar os comentários já feitos a propósito da PEA no sentido de que o crescimento dos menores foi bem inferior ao exibido pelos adultos, especialmente no que se refere às crianças.

O maior declínio das taxas de desocupação aberta aliado à queda da taxa de atividade dos menores numa década

TABELA 5
BRASIL: ESTIMATIVAS DOS OCUPADOS, DESOCUPADOS E DAS
TAXAS DE DESOCUPAÇÃO ABERTA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, 1972 - 1990.

GRUPOS DE IDADE E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	TOTAIS (Em Milhares)			TAXA DE CRESC. ANUAL (%)	
	1972	1981	1990	1972 - 81	1981 - 90
OCUPADOS					
Total	35.825	46.063	60.252	2,83	3,03
10 A 19	8.046	9.515	10.406	1,88	1,00
10 A 17	-	6.542	7.082	-	0,89
10 A 14	2.537	2.656	2.788	0,51	0,54
15 A 17	-	3.886	4.294	-	1,12
DESOCUPADOS					
Total	1.131	2.050	2.295	6,83	1,26
10 A 19	589	905	646	4,89	-3,68
10 A 17	-	603	376	-	-5,11
10 A 14	163	224	72	3,60	-11,85
15 A 17	-	379	304	-	-2,42
TAXA DE DESOCUPAÇÃO					
Total	3,1	4,3	3,7	3,70	-1,66
10 A 19	6,8	8,5	3,8	2,51	-8,56
10 A 17	-	8,4	5,0	-	-5,60
10 A 14	6,0	7,8	3,7	2,96	-7,95
15 A 17	-	8,9	6,6	-	-3,27

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1972 - 1990.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural das regiões Norte e Centro-Oeste.

caracterizada pela baixa geração de emprego e pela diminuição dos rendimentos reais, sustentam a versão de uma predominante perda de atração dos menores pelo trabalho, ao contrário da hipótese alternativa de uma inatividade forçada provocada pela precariedade da oferta ocupacional. Ao final, a ocupação global dos anos 80 cresceu em 3,0% a.a., superando de longe o crescimento da população (1,9% a.a.) e da PIA (2,3% a.a.). Não há dúvida de que esse resultado representa um importante avanço em relação às décadas passadas, embora muito se deva avançar para a eliminação do trabalho das crianças e para a proteção ocupacional dos adolescentes.

Na seção seguinte examinar-se-á a evolução da inatividade e da escolaridade dos menores de 10 a 17 anos, no intuito de entender melhor o quadro de outras atividades oferecidas na última década.

VII. A escolaridade e inatividade

No período de 1981-89, as estimativas dos estudantes de 10 a 17 anos, contribuem para comprovar a pequena atração que exerceu a atividade trabalho entre os menores. Com efeito, os dados da Tabela 6 revelam que o aumento absoluto do número de estudantes de 10 a 17 anos (2.698 mil pessoas) superou o crescimento do total das pessoas nesta faixa etária (2.157 mil pessoas), sendo que a opção preferencial pela educação abarcou o âmbito urbano e rural. No primeiro, a proporção de menores que frequentava a escola passou de 77,8% em 1981 para 79,2% em 1989. Muito mais expressivo foi o acesso a educação nas áreas rurais, pois essa proporção cresceu de 51,1% para 59,2%, respectivamente. Note-se que nestas últimas, há um promissor contraste entre o declínio da população de 10 a 17 anos da ordem de 645 mil pessoas e o aumento da assistência à escola nessa faixa etária que beneficiou 264 mil menores.

TABELA 6
BRASIL: ESTIMATIVAS DE ESTUDANTES E INATIVOS DE 10 A 17 ANOS
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO, 1981 - 1989.

GRUPOS DE IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO	TOTALS (Em Milhares)		TAXA DE CRESC. ANUAL (%) (1981 - 89)
	1981	1989	
MENORES DE 10 A 17 ANOS			
Total	23.093	25.250	1,12
Urbana	15.161	17.963	2,14
Rural	7.932	7.287	-1,05
ESTUDANTES			
10 A 17			
Total	15.847	18.545	1,98
Urbana	11.795	14.229	2,37
Rural	4.052	4.316	0,79
10 A 14			
Total	11.364	13.687	2,35
Urbana	8.148	10.213	2,86
Rural	3.216	3.474	0,97
15 A 17			
Total	4.483	4.858	1,01
Urbana	3.647	4.016	1,21
Rural	836	842	0,09
NAO ESTUDAM E NEM TRABALHAM			
10 A 17			
Total	2.804	2.564	-1,11
Urbana	1.458	1.561	0,86
Rural	1.346	1.003	-3,61
10 A 14			
Total	1.596	1.317	-2,37
Urbana	767	723	-0,74
Rural	829	594	-4,08
15 A 17			
Total	1.209	1.247	0,39
Urbana	690	838	2,46
Rural	519	409	-2,93

Fonte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças. 1981 - 1989.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural da região Norte.

É interessante examinar-se a evolução educacional discriminada entre crianças e adolescentes. No grupo de 10 a 14 anos, onde a educação é obrigatória, a cobertura urbana aumentou de 87,0% em 1981 para 89,2% em 1989, deixando ainda um total de 1.240 mil crianças fora da escola. Nas áreas rurais, a cobertura passou de 62,5% para 70,2%, com o total de 1.402 mil crianças à margem da educação. Apesar desse enorme déficit escolar, não há dúvida de que o maior acesso a educação ajudou a reduzir a participação do menor no mercado de trabalho na década

Entre os adolescentes (15 a 17 anos) houve também avanço na expansão da educação no campo, onde a proporção de estudantes passou de 30,0% para 34,9% nesses 8 anos. Em contrapartida, a frequência à escola entre os adolescentes urbanos caiu de 62,9% para 61,7%, sendo este o único segmento onde a inatividade dos menores aumentou na década passada. Observa-se que os adolescentes urbanos que não estudam e nem trabalham cresceram à razão de 2,5% a.a., crescimento superior ao correspondente à população dessa faixa etária (1,5% a.a.) e à da força de trabalho (2,1% a.a.). Tanto a escola quanto o mercado de trabalho mostraram-se insuficientes para atrair esse contingente de menores nas áreas urbanas, o que, sem dúvida, contribuiu à proliferação das atividades anti-sociais verificada ao longo dos anos oitenta.

VIII. A condição de estudante e trabalhador

A expansão dos menores de 10 a 17 anos que estudam e trabalham, entre 1981 e 1989, foi também expressiva, situação esta que envolveu tanto as áreas urbanas quanto as rurais. Nas primeiras, a taxa média anual chegou a 4,1%, superando os 2,1% a.a. correspondente a população total de menores urbanos. No campo, essa dupla atividade aumentou em 1,6% a.a., contrastando com a diminuição dos menores rurais em -1,1% a.a..

De acordo com os resultados da Tabela 7, o exercício das atividades dos que estudam e trabalham - teve aumento nos grupos etários de 10 a 14 e 15 a 17 anos, segundo a situação de domicílio. A maior incidência dessa condição ocorreu entre as crianças urbanas e entre os adolescentes nas áreas rurais, evidenciando um progresso quanto à conciliação da obrigatoriedade e acesso à educação e a necessidade de complementação dos rendimentos familiares através da ocupação dos menores.

Nas seções seguintes examinar-se-á a evolução da ocupação dos menores na década de 80, comentando as mudanças setoriais, contratuais e a segmentação desses trabalhadores, situações que definem alterações qualitativas importantes no tipo de trabalho que os menores exercem.

IX. A ocupação

O processo de urbanização e a tendência a terciarização da economia mudaram o perfil setorial da ocupação dos menores na década dos 80. As atividades agrícolas que em 1981 constituíam a principal fonte de emprego dos menores (49,7%) passaram a ocupar 40,1% em 1989, perdendo assim a condição de maior empregador para o setor terciário. Este último detinha, em 1981, 34,1%, tendo aumentado, em 1989, para 42,2%. Os dados da Tabela 8 mostram essa transformação ocupacional

Enquanto os trabalhos agrícolas perderam em média 49 mil menores ao ano, as atividades terciárias ocuparam 100 mil novos menores no mesmo período. Assim, maior parte da ocupação terciária desse grupo social se concentra nas áreas urbanas (86,2%) e a menor expansão setorial do trabalho se deu nas áreas rurais. Em contrapartida, nota-se no decênio anterior uma

TABELA 7
BRASIL: ESTIMATIVAS DA PEA DE 10 A 17 ANOS QUE ESTUDA E TRABALHA
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO, 1981 E 1989.

GRUPOS DE IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO	TOTALS (Em Milhares)		TAXA DE CRESC. ANUAL (%)
	1981	1989	(1981 - 89)
TOTAL	2.633	3.380	3,17
10 A 14 ANOS	1.272	1.638	3,21
15 A 17 ANOS	1.361	1.742	3,13
Urbana	1.605	2.209	4,07
10 A 14 ANOS	562	848	5,28
15 A 17 ANOS	1.043	1.361	3,38
Rural	1.028	1.171	1,64
10 A 14 ANOS	710	790	1,34
15 A 17 ANOS	316	361	2,29

Ponte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças, 1981 - 1989.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural da região Norte.

TABELA 8
BRASIL: ESTIMATIVAS DOS OCUPADOS DE 10 A 17 ANOS
SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE E SITUACAO DO DOMICILIO, 1981 E 1989.

SETOR DE ATIVIDADE E SITUACAO DO DOMICILIO	TOTAIS (Em Milhares)		TAXA DE CRESC. ANUAL (%)
	1981	1989	(1981 - 89)
TOTAL	6.542	7.172	1,16
Primario	3.252	2.877	-1,52
Secundario	1.062	1.269	2,25
Terciario	2.228	3.026	3,90
Urbana	3.311	4.120	2,77
Primario	480	457	-0,61
Secundario	858	1.055	2,62
Terciario	1.973	2.608	3,55
Rural	3.231	3.052	-0,71
Primario	2.772	2.420	-1,68
Secundario	204	214	0,60
Terciario	255	418	6,37

Fonte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Maes e Crianças. 1981 e 1989.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demografico de 1991. Inclusive a populacao da area rural da regioao Norte.

retração da ocupação dos menores na agropecuária que residiam nas áreas urbanas.

Não há dúvida de que essa forte perda de ocupação agrícola está associada à mudança das relações de trabalho no campo, onde a figura do menor não remunerado e do autônomo diminuíram a razão de -1,66% e -0,22% a.a., sem que a contratação como assalariados compensasse as perdas dessas duas categorias (Tabela 9). A proletarização do trabalho no campo durante a década está relacionada com o avanço de cobertura do sistema previdenciário e à diminuição da pequena propriedade explorada familiarmente.

Por sua vez, nas áreas urbanas, onde há um crescimento do trabalho do menor em todas as categorias, o destaque fica com os empregados, categoria que absorveu 724 mil dos 809 mil novos menores ocupados nas áreas urbanas entre 1981 e 1989.

As transformações acima comentadas vieram acompanhadas de uma maior diversificação das ocupações. A principal delas - trabalhos agrícolas - caiu de 46,4% para 35,8%, enquanto o emprego doméstico apenas expandiu de 12,2% a 12,4%. Engraxates, office-boys, guardinhas e vendedores, são exemplos de ocupações que absorveram elevados contingentes urbanos de crianças e adolescentes.

X. A evolução do trabalho dos menores por sexo nos anos 80

As mudanças descritas na seção anterior permitem entender melhor a evolução da força de trabalho dos menores por sexo na década dos oitenta. De um modo geral, a perda de espaço dos menores no mercado de trabalho afetou ambos os sexos, registrando-se retrações das taxas de atividade de 41,0% para 38,8% nos homens e 20,9% para 19,5% nas mulheres entre 1981 e

TABELA 8
BRASIL: ESTIMATIVAS DOS OCUPADOS DE 10 A 17 ANOS
SEGUNDO POSICAO NA OCUPACAO E SITUACAO DO DOMICILIO, 1981 E 1989.

POSICAO NA OCUPACAO E SITUACAO DO DOMICILIO	TOTALS (Em Milhares)		TAXA DE CRESC. ANUAL (%)
	1981	1989	(1981 - 89)
TOTAL	6.542	7.172	1,16
Empregados	3.828	4.628	2,40
Autonomos	390	404	0,44
Nao Remunerados	2.324	2.140	-1,03
Urbana	3.311	4.120	2,77
Empregados	2.778	3.502	2,94
Autonomos	222	239	0,93
Nao Remunerados	311	379	2,50
Rural	3.231	3.052	-0,71
Empregados	1.050	1.126	0,88
Autonomos	168	165	-0,22
Nao Remunerados	2.013	1.761	-1,66

Fonte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Maes e Crianças. 1981 e 1989.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural da região Norte.

1990. Essas quedas são particularmente expressivas ao se considerar que entre os adultos tais taxas tiveram significativos aumentos no período. Nas áreas rurais a contração das taxas de atividade atingiu mais severamente o sexo masculino (60,5% para 57,5%); embora a redução da taxa feminina fosse contundente (27,2% para 25,4%). A situação inverte-se nas áreas urbanas, onde observa-se um ligeiro aumento da participação entre os menores homens (30,2% para 30,7%) e uma queda entre as mulheres (17,7% para 17,3%).

O exame final da evolução da PEA de 10 a 17 anos, diferenciada por sexo e situação de domicílio, revelou que ao longo da década, manteve-se uma proporção de 2 homens para cada mulher trabalhadora (Tabela 10).

XI. A segmentação ocupacional do trabalho

As estimativas dos menores empregados com carteira de trabalho assinada obtidas a partir da PNAD (ver Tabela 11), mostram um crescimento dessa modalidade contratual à taxas muito elevadas (4,80% a.a. entre 1981/82 e 1989/90). Esse comportamento pode ser explicado em função da proteção trabalhista que ocorreu principalmente a partir de 1986 na agricultura e no serviço doméstico, duas atividades que favorecem o trabalho do menor. Embora essa formalização do trabalho dos menores possa ser considerada positiva, é preciso observar que os dados mostram que essa evolução foi mais intensa entre as crianças de 10 a 14 anos. Embora tal situação possa ser atribuída à expansão da aprendizagem, que a própria CLT propicia para os menores entre 12 e 14 anos de idade, esse comportamento vem sendo objeto de denúncia no foro da OIT, que o rechaça para essa faixa etária.

Contestando a evolução do trabalho formal dos menores exibido através dos dados da PNAD, as estimativas de emprego baseadas no painel RAIS entre 1979 e 1988 (ver Tabela

TABELA 10
BRASIL: ESTIMATIVAS DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA
DE 10 A 17 ANOS, POR SEXO, SEGUNDO SITUACAO DO DOMICILIO, 1981 E 1990.

ANOS E SITUACAO DO DOMICILIO	POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA (Em Milhares)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL			
1981	7.155	4.764	2.391
1990	7.458	4.979	2.479
Urbana			
1981	3.617	2.259	1.358
1990	4.346	2.763	1.583
Rural			
1981	3.538	2.505	1.033
1990	3.112	2.216	896

Ponte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios, 1981 E 1990.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demografico de 1991. Inclusive a populacao da area rural da regioao Norte.

TABELA 11
BRASIL: ESTIMATIVAS DOS EMPREGADOS DE 10 A 17 ANOS
COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, 1981 E 1990.

ANOS	EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA (Em Milhares)		
	TOTAL	10 A 14	15 A 17
1981	943	97	846
1990	1.246	113	1.133

Ponte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios, 1981 E 1990.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demografico de 1991. Inclusive a populacao da area rural da regioao Norte.

TABELA 12
BRASIL: ESTIMATIVAS DO EMPREGO TOTAL E DE MENORES
DE 10 A 17 ANOS, POR SEXO, 1979 - 1988.

ANOS	EMPREGADOS (Em Milhares)			
	TOTAL	MENORES DE 10 A 17 ANOS		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES
1979	21.118	1.105	723	382
1984	21.080	660	446	214
1987	23.346	972	656	316
1988	23.660	929	631	298

Fonte: MTb - Painel RAIS.

TABELA 13
BRASIL: RENDIMENTO MEDIO DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA
DE 10 A 17 ANOS, 1981 E 1989.

ANOS	RENDIMENTO MEDIO (Em Salarios Minimos)		
	TOTAL	10 A 14	15 A 17
1981	0,5	0,2	0,6
1989	0,6	0,3	0,8

Fonte: IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Maes e Crianças, 1981 e 1989.

Nota: Estimativas realizadas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991. Inclusive a população da área rural da região Norte.

12), acusam uma forte redução da presença dos menores no mercado de trabalho formal no quinquênio 1979-84 (5,2% para 3,1%), seguida de uma recuperação que atingiu 4,1% do total da ocupação formal em 1987-88, com ligeira vantagem para os menores de sexo masculino. A queda do emprego dos menores no mercado formal sugere que o aumento da PEA de menores urbanos foi possível graças à expansão da ocupação informal.

XII. Evolução dos rendimentos médios dos menores na PEA

A situação recomenda algum cuidado na comparação dos rendimentos médios, embora expressos em salários mínimos, ao longo da última década.

A evolução dos proventos do trabalho dos menores (Tabela 13) mostra uma ligeira tendência ao aumento entre o início e o fim da década. Esses ganhos, ainda que pequenos, nos rendimentos médios podem ser explicados em função das próprias mudanças estruturais comentadas anteriormente.

Contudo, muito mais reveladores são os níveis desses rendimentos, que comprovam a exploração econômica que domina a participação dos menores no mercado de trabalho, especialmente no exercício de atividades informais.

